



Anais da Assembléia

N.º 25

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE ABRIL DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 21.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 1985.

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, Secretariada pelos Senhores Deputados Artagão Mattos Leão e Tadeu França.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quiêlse Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado e Tércio Albuquerque (32). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Fiori Luiz, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida César, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Paulo Furiatti, Sabino Campos, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (25). Achando-se em licença o Senhor Deputado Fuad Naacli (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (**Nilso Sguarezi**) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve.

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedida preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 22/85, de autoria do Poder Executivo, que autoriza abertura de crédito especial, alterando os orçamentos das Secretarias de Estado da administração e Extraordinária para Assuntos Comunitários, que se encontra na Ordem do Dia de 11 de abril, em 2.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1985.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Alberto Cordeiro de Souza, ocorrido nesta Capital.

O extinto era natural de Piraquara, tendo sido Coletor Escrivão da Receita Federal, estando aposentado há mais de 20 anos.

Era casado em primeiras núpcias com a Senhora Alaide Costa de Souza, já falecida e em segundas núpcias com a Senhora Maria de Lourdes de Souza, deixando deste casamento dois filhos o jornalista Ernesto Costa de Souza e Doutor Althair Costa de Souza, ex- Juiz de menores e do Tribunal de Alçada e Pastor Evangélico da Igreja Quadrangular do Jardim Ambiental.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1985.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário VOTO DE PESAR, pelo falecimento do jovem ALVARO GOTTARDI, ocorrido ontem nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOSÉ ANTONIO FONSECA, ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Casa, de VOTO DE PESAR pelo falecimento do Senhor JOÃO COLLA, nascido no dia 02.06.1909, e falecido no dia

07.04.1985, para memória do seu valor no meio em que viveu, às gerações futuras: com ciência deste requerimento, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1985.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

JUSTIFICATIVA:

1. Como cidadão, o "de cujus" é fundador do Município de São Miguel do Iguaçu, no seio de cuja comunidade deixou o seu valor plantado no monumento de desenvolvimento do Extremo Oeste do Paraná, no qual se insere aquele próspero Município.

2. Como político, foi militante do PTB. Depois da extinção deste, ingressou como fundador do MDB, e faleceu integrado ao PMDB. Mostrando assim, uma firmeza de convicções políticas que resplandece o altar de GRANDEZA HUMANA que foi a sua existência.

3. Como homem, é distinguido em todos os seus atos de vida que são verdadeiras expressões de dignidade, de coragem, e de despreendimento humano.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Consignação em Ata dos Trabalhos da presente Sessão, de um VOTO DE CONGRATULAÇÃO pelo transcurso de aniversário do Município de Palmas, em 14 de abril de 1985.

Requer, ainda, que o presente se dê ciência ao Senhor JOSÉ MARIA DE ARAÚJO PERPÉTUO, Digníssimo Prefeito Municipal, bem como ao Vereador MIRALDO DE CARLE, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal de Palmas.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao doutor Duílio Luiz Bento, pela sua nomeação para Diretor-Geral do Tribunal de Contas do Paraná.

Nascido num lar muito pobre, sempre mostrou uma extraordinária vontade de vender na vida. Encontrou todas as barreiras possíveis e imagináveis para

que pudesse realizar esse sonho, quase impossível de se concretizar. Superou todos os obstáculos até concluir a universidade.

Muito novo, ingressou no Tribunal de Contas, desempenhando inicialmente as mais modestas funções.

Pelo seu valor, caráter, personalidade, honradez, eficácia, foi ganhando projeção até ser galgado ao mais alto posto que um funcionário pode atingir no Tribunal de Contas, sendo premiado, por ato de justiça, com a nomeação para diretor-geral, função que temos certeza da enorme responsabilidade, executará com muito êxito.

Requeiro, ainda, que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao doutor Duílio Luiz Bento, no Tribunal de Contas do Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1985.

(a) ANTONIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações ao Senhor RUBENS BENDLIN, pela sua eleição como Presidente da Associação Paranaense de Farmacêuticos- ASPAFAR.

Requeiro, outrossim, que os votos sejam extensivos aos demais membros da Diretoria.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1985.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado dos Transportes do Paraná, solicitando serviços de conservação do acesso Rodoviário de Marechal Cândido Rondon, no rumo de Toledo-Cascavel, passando pelos Distritos de Quatro Pontes, Nova Sarandi e Vila Nova.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1985.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Toda a região oeste do Paraná, tem se caracterizado e distinguido por ser grande produtora agro-pecuária, sendo-lhe atribuída a responsabilidade dos bons índices de produção de grãos que fazem do Paraná, o maior produtor primário do país.

Estes níveis foram conseguidos e têm

sido mantidos em função do espírito de pioneirismo responsável dos colonos que, em poucas décadas, desbravaram a mata tropical e fechada, instalando um dos mais progressistas pólos econômicos nacionais. Por muito tempo, as dificuldades com o escoamento dos produtos exigiram esforços hercúleos dos colonos pois não haviam estradas convenientes, ou as que existiam, em precárias condições.

Entretanto o nível de crescimento foi mantido e, com ele, foram chamados melhoramentos condizentes com a importância da região. Novas estradas foram construídas e, com isso houve aumento dos ganhos da agricultura que possibilitou o incremento da produção primária, levando o Paraná a superar outros Estados, antes maiores produtores.

Porém, também é necessário que se mantenha a conservação dessas estradas em bom estado, pois delas dependerão não só a subsistência do Paraná, mas, sim, do Brasil como um todo, além da manutenção dos resultados favoráveis obtidos com a exportação.

Particularmente no caso do acesso rodoviário de Marechal Cândido Rondon, em direção a Toledo e Cascavel, passando pelo Distrito de Quatro Pontes, no Município de Marechal Cândido Rondon e pelos Distritos de Nova Sarandi e Vila Nova, em Toledo, o escoamento da produção primária ressen-te-se gravemente das más condições do asfaltamento ali existente, gerando não só consequências econômicas negativas, como também um sério risco aos veículos que trafegam na região, especialmente os coletivos intermunicipais, sempre com bastante movimentação de usuários. É imprescindível que se tomem medidas urgentes quanto a implementar-se obras de melhoria e conservação da pavimentação, bem como um cuidado especial com a sinalização mais eficiente do trecho.

Essas medidas urgem, porquanto o nível de acidentes tem aumentado, trazendo o dissabor do prejuízo, mas acima de tudo, a tristeza pela perda de vidas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da destinação de um veículo para a Inspetoria de Ensino existente na Municipalidade de Peabiru.

A locomoção que a Inspetoria Estadual de Ensino têm que desenvolver em Peabiru,

além de atender aquele Município, presta assistência a região. Tal deslocamento vêm sendo feito com veículo de propriedade do Ilustríssimo Senhor José Bardini Netto, que é o Inspetor Estadual de Educação. Aquele mesmo Professor informa ainda que, além do desgaste que sofre o seu automóvel, as despesas do mesmo são custeadas por ele próprio.

Ademais, urge dotar a mencionada Inspetoria de melhores condições de trabalho, no que tange a questão da locomoção, já que os responsáveis sempre tiveram como preocupação a assistência permanente junto a todos os estabelecimentos de ensino da rede oficial.

Diante da exposição de motivos, é de capital importância que essa Secretaria de Estado da Educação avalie uma forma de atender a presente solicitação, pondo fim aos transtornos atualmente verificados.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social no sentido de que, através de estudos devidos, avalie as reais possibilidades de se implantar um programa de fluoretação na rede de água da Municipalidade de Quinta do Sol.

Os índices de dentes cariados, conforme bem demonstram diversas estatísticas, apontam número que há muito tempo são alarmantes, tendo em vista que o conjunto da população brasileira não dispõe de condições mínimas de acesso ao tratamento desta natureza, como das outras.

Neste sentido, embora reconhecendo que as distorções atualmente verificadas no setor de saúde exigem transformações extremamente profundas, torna-se, por outro lado, importante procurar ao menos pôr em prática, medidas a curto prazo, mesmo que estas sejam apenas de caráter amenizador.

E, fora de qualquer dúvida que a doação de um programa de fluoretação quando posto em prática, permitirá após algum tempo, que a quantidade de dentes cariados em uma pessoa seja em muito diminuída.

Ademais, a fluoretação na água distribuída à população, no caso, conforme a presente proposta, de Quinta do Sol, terá resultados significativos junto

as crianças em fase escolar, escamoteando problemas maiores decorrentes dos dentes cariados.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COPEL- Companhia Paranaense de Energia, encarecendo a agilização do "CICLO RURAL" na região pertencente a Municipalidade de Sertãoópolis.

As autoridades dos diversos setores da vida pública têm recebido, por parte da comunidade interessada, algumas manifestações quanto a execução do "CICLO RURAL", na região agrícola e pecuária de Sertãoópolis. A preocupação existe tendo em vista que já decorreu muito tempo dos levantamentos feitos, cujos interessados não estão informados de quando será posto em prática o programa supracitado.

Espera-se, portanto, tendo em face da exposição de motivos, a imediata averiguação do problema ora colocado, pondo em prática medidas que sejam capazes de dar sequência a referida eletrificação rural.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social encarecendo a realização de estudos visando adotar um programa de fluoretação na água que abastece à população da Municipalidade de Terra Boa.

É desejo da população de Terra Boa, aliás muito bem demonstrada especialmente pelos responsáveis do setor de água, procurar pôr em prática programas que possam atender a população no sentido de oferecer a mesma, melhores condições de saúde.

Neste sentido, a implantação de um programa de fluoretação na água consumida pela comunidade de Terra Boa, é uma proposta extremamente importante. Especialmente pelo fato de que, através do

mesmo, evitará o aparecimento de muitos dentes cariados, dado ao caráter preventivo do mesmo, principalmente junto as crianças em idade pré ou escolar.

A participação dessa Secretaria de Estado é de grande importância, assegurando a adoção de medidas capazes de vir de encontro ao que ora é solicitado.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente do ITC- Instituto de Terras e Cartografia, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo a realização de estudos visando avaliar as possibilidades de se criar e instalar um escritório deste Instituto na Municipalidade de Roncador.

A presente reivindicação se faz necessária tendo em vista basicamente uma preocupação, que são as questões que dizem respeito a demarcação de propriedades, já que, num passado não muito distante, já existiram problemas considerados até mesmo graves naquela região.

A implantação de um escritório deste Instituto, além de possibilitar atendimento ao Município de Roncador, permitirá também, atender aos demais municípios circunvizinhos.

Diante da exposição de motivos, é de se esperar desse Instituto de Terras e Cartografia e Secretaria de Estado da Agricultura, o encaminhamento de medidas que possam resultar, efetivamente, na concretização do que ora é proposto, por se tratar de uma importante reivindicação de Roncador.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 44/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º- Fica declarada de utilidade pública, a CO-RIBEIRA, Comissão Paranaense para o Desenvolvimento da Região da Estrada da Ribeira, com sede e foro à Rua José Loureiro, n.º 464, Curitiba-Paraná.

Art.2.- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

A Nova República se fará verdadeiramente nova na medida em que a sociedade brasileira vier a se organizar progressivamente e gradativamente. Dentro deste prisma, iniciativas como as da Co-Ribeira- Comissão Paranaense Para o Desenvolvimento da Região da Estrada da Ribeira- devem ser apoiadas e incentivadas.

Esta entidade comunitária, fundada por líderes comunitários, pequenos empresários de mineração e reflorestamento, micro comerciantes e industriais, líderes políticos e agricultores da Região da Ribeira, adquiriu uma representatividade das mais legítimas, e, desde a sua existência, tem-se imbuído dos melhores propósitos e objetivos.

Como passo inicial promoveu a integração sócio-econômica da Região, e através desta medida, desencadeou um desenvolvimento notório naquele pedaço de terra paranaense. Integrados todos os municípios interligados viram melhor, entidades congêneres e a própria opinião pública.

No entanto, a crise sócio econômica e a política por que passa a Nação veio a entrar o processo de crescimento da Co-Ribeira - uma Entidade sem fins lucrativos- fazendo com que ela viesse a enfrentar grandes problemas em sua luta pela própria sobrevivência.

O Vale da Ribeira cujas jazidas de calcário, chumbo e mármore representam um rico potencial mineral de nosso Estado, encontra-se em relativo abandono, e esta situação, vem provocando o êxodo constante de sua população rumo à Capital, contribuindo para o "inchaço" de Curitiba. A agropecuária e o turismo, sem a assistência e o incentivo necessários, não se desenvolvem, fazendo com que o Paraná se visse privado em dois aspectos que lhe seriam de suma importância e benefício.

Como agravante, a Estrada da Ribeira, com um fluxo de mais de mil veículos por dia, necessita de pavimentação e conservação adequada para que não ocorra o estrangulamento do progresso de toda a Região.

Por sua expressão política aliada à importância que se reveste junto à economia paranaense é justificável que a Co-Ribeira passe a ser de Utilidade Pública e venha a contribuir decisivamente para o progresso e o amadurecimento de

nosso Estado.

PROJETO DE LEI N.º 45/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º- Fica declarada de utilidade pública a "Associação Feminina Acácias de Curitiba" com sede e foro nesta Capital.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1985.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende, seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social e filantropia aos menos favorecidos de nossa Capital.

A documentação que anexo apresentamos, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais para que haja o reconhecimento público estadual, o que estamos propondo à consideração dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 46/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º- Fica o Poder Executivo autorizado a criar, em próprio do Estado, no Município de Paranavaí, escola Técnico-agrícola em nível de segundo grau, que receberá o nome de "Colégio Técnico-Agrícola HEITOR ALENCAR FURTADO".

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1985.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

Persistimos em reapresentar o presente plano de lei, por considerar justa e apropriada a reivindicação da comunidade rural da Região Noroeste do Estado, quando insiste na criação e implantação do Colégio Técnico-Agrícola Heitor Alencar Furtado, e que vem de ser manifestada através da Câmara Municipal de Paranavaí, por requerimento do Vereador José Paranhos de Mesquita e pela solicitação de dezenove

Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que são os de Paranaíba, Florai, Itauna do Sul, Loanda, Nova Esperança, Nova Loanda, Paraíso do Norte, Parana City, Planaltina do Paraná, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Maristela, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Jorge do Ivaí, Tamnoara, Terra Rica, Mandaguaçu e Amaporã.

Insistimos, como legítimos representantes do povo, no cumprimento do Programa Básico do nosso partido, onde está escrito: na educação agrícola, o quadro de deficiências atinge o extremo. Quando existe algo neste setor é apenas um medíocre ensino urbano transplantado. A verdade é que a educação do trabalhador agrícola brasileiro praticamente não foi inaugurado". O PMDB e as Políticas Sociais item 8, pág.52. Diz também esse mesmo Programa, na sua apresentação:

"O PMDB não tem programa meramente formal, simples ritual extrínseco para registro na Justiça Eleitoral.

O PMDB não é um Partido comandado por homens, mas pelas idéias e compromissos do Programa.

O PMDB cumpre".

Apelamos para que seja reconsiderado o presente plano de lei, apesar do Veto aposto e dos imperativos constitucionais que constituem seu arrazoado.

Considerando as razões que vêm de ser por tantas vezes debatidas, sobre a defasagem e inadequação do sistema educacional brasileiro desde a época jesuítica até os nossos dias, passando pelos movimentos renovadores dos anos vinte, pela resistência dos conservadores e pelas várias reformas malogradas.

Sabemos que as escolas agrícolas existentes são insuficientes e inadequadas para atender a demanda efetiva e potencial da educação nas áreas rurais.

Sabemos do elevado índice de evasão escolar, agravado a nível de segundo grau e das escolas rurais, e conhecemos algumas das razões que levam muitas vezes a comunidade rural a buscar as escolas urbanas.

Sabemos da disposição da Pasta da Educação em ouvir as necessidades da comunidade e da vontade política de mudança.

Sabemos também que a Secretaria de Estado da Educação, reavaliou em meados do ano passado (segundo notícias publicadas pela Pasta) o projeto de reestruturação do segundo grau, e portanto terá constatado as possibilidades de adequação de algumas escolas, o que significa que nem sempre a criação de uma escola acarreta aumento de despesas, podendo ser transferidos ou recolocados recursos já existentes.

Por estas razões confiamos ao acatamento do presente plano de lei que acreditamos suficientemente justificado pelas solicitações mencionadas, as quais anexamos.

PROJETO DE LEI N.º 47/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade pública a Creche "RECANTO PAULO VI", com sede e foro no município de Guaratuba.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/04/85.

(a) NELSON BUFFARA.

Apoiamento: Antônio Belinatti, Péricles Pacheco, Gabriel Manoel, Donato Gulin, Tércio Albuquerque e Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

A Creche Recanto Paulo VI, entidade que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, é uma Associação Civil, de caráter beneficente que visa a dar assistência, promoção e educação ao menor carente, em regime de semi-internato, visando a integração e promoção das famílias na sociedade.

A documentação anexa, preenche as exigências legais, razão pela qual, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do referido projeto.

PROJETO DE LEI N.º 48/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica renovado por 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta lei, o prazo estipulado pelo art.7.º da Lei n. 7.122, de 30 de abril de 1979.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/04/85.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa tem como finalidade suprir a falta de tempo físico necessário para que profissionais, devidamente habilitados e preteridos sem direito a opção, por circunstâncias adversas a suas vontades, possam preencher os cargos ofertados na lei que originou tal situação.

Em se tratando de um imperativo de justiça, submetemos este Projeto à aprovação dos Nobres Pares com assento

nesta Casa, esperando acatamento.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ervin Bonkoski, inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Considerando o encaminhamento e aprovação da proposição congratulatória ao Doutor OSMANN DE OLIVEIRA, emérito advogado e jornalista, feita pelo vereador Ayrton Prêcoma ante Plenário da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, em sessão do dia 21 de março último, pela qual aquele nobre edil, justificou seu pedido aos demais Pares, cuja origem se deveu aos artigos escritos pelo destacado jornalista Doutor Osmann de Oliveira em sua coluna do Jornal "O Estado do Paraná", nas edições dos dias 10 e 23 de fevereiro próximo passado, sob os títulos:

"ATENÇÃO, CRIANÇA NÃO É RATO" e "CONTINUA A FOME", respectivamente naquelas datas.

Considerando a responsabilidade assumida ante os municípios de São José dos Pinhais, em especial àqueles que me elegeram, cumpre-me repudiar desta tribuna o enaltecimento de fatos não esclarecidos devidamente e que, colocaram os vereadores daquela respeitável Casa, em situação embaraçosa pelas inveracidades relatadas.

Considerando, ainda, o conhecimento do trabalho feito pelo INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA O MENOR, cujo órgão tem à frente o respeitável, admirado e dedicado Diretor, Doutor ROMEU JOÃO MUNARETTO, pessoa altamente qualificada pra dirigi-lo, e mais, sabedor de que aquele Instituto vem atendendo as reais necessidades de nossos menores órfãos, carentes, abandonados e infratores de forma humana e plena de princípios originados no Direito do Menor e nas Diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, cujo programa está comungando com as metas prioritárias do Governo do Excelentíssimo Senhor Doutor José Richa e de todos nós.

É, pois, considerando esta situação que me sinto na obrigação de esclarecer a todos, sobre as mudanças efetuadas naquele importante órgão do Estado, no que concerne ao desenvolvimento da programação do bem estar dos nossos menores, e para que, não seja do desconhecimento público da assistência e atendimento às crianças que perambulam pelas ruas de nossa cidade em busca de melhores dias.

A preocupação da direção do I.A.M. está em que, principalmente, sejam essas crianças encaminhadas para local mais

condigno do que uma cela de Delegacia e possam receber uma orientação individualizada e que os leve à integração na comunidade e no seio da família.

Tais preocupações geraram a mudança da triagem e encaminhamento dos menores detidos nas ruas, da Delegacia de Proteção ao menor, para o CEDIT - Centro de Triagem do I.A.M.: onde são acionados os diversos programas daquele Instituto no trato aos menores, portanto, essas crianças vem sendo assistidas convenientemente e alimentadas pelo I.A.M., razão pela qual aqui fica expressado o repúdio àqueles artigos, por não elucidarem de forma a dar conhecimento aos nossos eleitores e à opinião pública, das reais razões que levaram a direção do I.A.M. a efetuar a mudança de local para assistir os menores órfãos, carentes e abandonados, legitimando tais atitudes em consonância com o Juizado de Menores da Capital, com a Pastoral do Menor de Rua, com a Delegacia de Proteção ao Menor, com a Polícia Militar, Ordem dos Advogados do Brasil-seção do Paraná, Prefeitura Municipal de Curitiba e Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

É, considerando estas acertivas que, proponho a este Plenário, aos nobres Deputados desta respeitável Casa, um voto de louvor ao trabalho que vem sendo realizado pelo ilustre Doutor ROMEU JOÃO MUNARETTO, digníssimo Diretor Geral do Instituto de Assistência ao Menor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi)

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Semana passada, ocupei esta tribuna, como na anterior, para abordar a obra "Reflexão e Ação", devido às solicitações de providências que me foram apresentadas por diversos pais de alunos e estabelecimentos da rede estadual de ensino, como também de professores. Na condição de membro da Comissão de Educação desta Assembléia, de pai e também de professor já há 15 anos, trouxe a manifestação. Impressiona-me, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o elevado número de personalidades do nosso Estado, que tem trazido, através de cartas e de telefonemas, a solidariedade.

Vejo que há grande preocupação por parte de lideranças representativas da nossa sociedade pela educação.

Como já disse anteriormente, não estou aqui para censurar quem quer que seja. Cada qual tem o direito de pensar da forma

que achar por bem. Cada pai tem o direito de educar o seu filho da forma tradicional, moderna ou moderníssima.

O que não se pode, entretanto, admitir é que seja imposta através da escola uma sistemática que venha a trazer obstáculos ao processo educacional; sistemática em que se adotem textos que se tornem obrigatórios para serem trabalhados pelos alunos, especialmente aqueles que se encontram na fase da primeira adolescência.

Com satisfação, registrou que a Universidade Federal do Paraná está analisando a obra, e já houve quem se manifestasse: um dos mais brilhantes professores de sociologia da Universidade Federal do Paraná, dizendo que existem realmente textos que não são compatíveis com a melhor educação.

Mas quero, Senhor Presidente, registrar nesta oportunidade, que estou mandando ao jornal "FOLHA DE LONDRINA", que apresentou uma reportagem em que muitas mutilações tanto da obra quanto de declarações deste Deputado se registraram. Evidentemente para que a repórter responsável por aquela sessão da "FOLHA" pudesse expressar a sua opinião. Ela sim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, agiu como censora de um Deputado, de um Parlamentar, o que não fica bem para um órgão de imprensa sério. E por isso, estou demonstrando a minha estranheza à direção daquele jornal, pela atitude que considero inconveniente, de uma jornalista que devia cumprir fielmente com a sua obrigação de bem informar.

Muito obrigado, Senhor Presidente.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi)

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos orador inscrito.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Estamos sofrendo no País, a instalação de um Governo na Nova República, que é o anseio mais legítimo da Nação Brasileira.

No entanto, aqui e ali surge o ressurgimento de pessoas que, nos últimos 21 anos serviram à ditadura que imperou neste País. Infelizmente, o Senhor Ministro da Educação e Cultura, o Senhor Marco Maciel, incorreu em grave erro, quando ao instituir uma Comissão de Alto Nível para estudar o ensino universitário deste País, incluiu, nesta Comissão um professor originário do Paraná, o Professor Ubiratã Borges de Macedo, que não representa nem de leve os interesses e a postura político ideológica da comunidade universitária do Paraná.

O Professor Ubiratã Borges de Macedo,

não goza de prestígio e respeito entre os professores e a unidade científica da Universidade Federal do Paraná, e da qual se encontra afastado há mais de dez anos, ainda que recebendo integralmente seu salário.

Foi considerada pessoa não grata na década de 1970 pelo Departamento de Filosofia do setor de Ciências Humanas, e por unanimidade, os proressores, então, decidiram encaminhá-la ao então Diretor do setor, Professor Ney Meire pedido de afastamento do Departamento respectivo, do Professor Ubiratã Borges de Macedo. Todos os professores do setor assinaram tal pedido. Ubiratã costumava usar terrorismo entre seus colegas, distribuía as turmas de alunos entre todos, e em seguida redistribuía, e cada professor tinha de preparar vários programas durante o ano, a cada nova turma que o chefe lhes distribuía. Era despótico, dizem hoje os professores de Filosofia do Setor de Ciências Humanas da Universidade.

Gerava insegurança entre os colegas, temerosos de perder o emprego, já que eram contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho. Cada professor procurava cumprir as ordem do chefe despótico sem discutir, o que caracterizava um regime autoritário que imperava à Universidade nesta época.

Quando da Resolução de 1964, o Professor Ubiratã Borges de Macedo acusou gratuitamente os professores Régini Prockmann e Amílcar Gigante da Faculdade de Medicina, e o Professor, Desembargador Vieira Neto, da Faculdade de Direito, acusando-os de comunistas tais professores, e cicatrizou, então, com dedo duro na Universidade Federal do Paraná.

Constam de processos arquivados na Auditoria Militar, tais acusações assinadas pelo professor Ubiratã. Esse professor é pessoa de formação duvidosa, e eticamente conhecido como mau-caráter. Costumava em suas aulas de filosofia ditar frases de Marxs, e outros, e seus alunos se empolgavam e ele os entregava "ao Coronel Carvalhido, chefe do IPM". Devido a fama de mau caráter que goza, não poderia compor tão importante Comissão, que deve estudar a Reforma Universitária neste País.

Há um grande descontentamento entre os professores da Universidade Federal por esta indicação, e eu quero, aqui, desta tribuna tornar pública essa insatisfação. A Universidade Federal do Paraná tem grandes profissionais, pessoas de talento, há pesquisadores e professores de alta seriedade que bem representariam o Paraná na Comissão nomeada pelo Presidente, por proposta do Ministro da Educação.

Daí a vontade de expressar o descontentamento gerado pela pessoa do

professor Ubiratã de Macedo, na Comissão que estuda o Ensino Superior do País, e que nenhuma forma representa os anseios e aspirações de reforma que a Universidade Federal do Paraná e os professores desta unidade de ensino precisam, esperam que isso ocorra neste País.

Era só Senhor Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi)

Próximo orador inscrito, Deputado Tadeu França, a quem concedo a palavra.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi)

Concedo a palavra ainda no Pequeno Expediente ao Senhor Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A preocupação com os direitos das minorias deve ser uma norma a nortear toda uma política administrativa, e é sob esse prisma, que nós estamos levando encarecidamente, uma reivindicação que nos foi veiculada, exatamente por representante de uma minoria paranaense, mas, que nem por isso deixa de ser expressiva em nosso contexto global.

Lideranças Indígenas do Paraná, entre outras tantas formas de exploração com que têm sido mantidas historicamente, apresentam, por exemplo, a queixa de que ainda hoje as universidades oficiais, públicas, tanto na esfera estadual, como na federal, no ato de matrícula dos jovens indígenas, aliás, dos poucos jovens indígenas que chegam às universidades ainda têm como norma obrigatória exigir a substituição do candidato, ou seja, o jovem é obrigado a renunciar ao seu nome silvícola originário de tribo, e assumir o nome tido abasileirado.

Essa prática noçiva, contrária à preservação de uma etnia, que hoje a nível de Paraná reduz-se aos poucos milhares apenas, efetivamente devem merecer nossa preocupação. Os poucos coringangues e guaranis, que ainda sobrevivem no Estado, precisam urgentemente de apoio político para que possam ter continuidade, em termos de manutenção da sua espécie. E a forma primária e elementar passa fundamentalmente através da preservação dos valores culturais, dos nossos primitivos habitantes do Paraná.

É por essa razão, que estamos solicitando, para que seja extinta esta obrigatoriedade. Manter a identidade do silvícola paranaense em todos os momentos, e em todas as instâncias, é sem qualquer sombra de dúvida uma etapa necessária e indispensável, objetivando a existência e continuidade dos poucos indígenas

paranaenses que ainda sobrevivem.

De outra parte, sentindo através das palavras dessas lideranças, que a nível de Paraná, o nosso indígena não tem sido exceção. Historicamente, a FUNAI, órgão a serviço da exploração do indígena, tem representado também, nos setores paranaenses, práticas que verdadeiramente soam contrariamente aos interesses humanos mais elementares dos indígenas do Paraná.

É por essa razão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós conclamamos todos os Senhores parlamentares, para que possamos estender a nossa mão através da devolução dos direitos, de quem antes, foi o único habitante do Paraná, para que nosso Estado não venha a figurar o cenário nacional, como mais um daqueles que soube extirpar toda e qualquer contribuição, não apenas no setor étnico, mas também cultural do silvícola paranaense.

É esta portanto, a razão pela qual aqui estamos, para traduzir esta reivindicação, mas que traduz o anseio de uma minoria; minoria está, dizimada, espoliada, asfixiada de todas as formas, mas que aí está, à espera de que mesmo tardiamente, o Paraná possa reconhecer a sua existência, outorgando-lhes o espaço que lhes é devido.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi)

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, inscrito.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Lamento profundamente as críticas proferidas pelos Senhores Deputados Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti e Fiori Luiz, com relação ao Senhor Secretário da Saúde, Doutor Luiz Cordoni, críticas estas que considero infundadas, pela razão de termos conhecimento de que antes de 1982 a Secretaria da Saúde não tinha objetivo que possui hoje.

Primeiro que, ao Senhor indicado o Secretário da Saúde do Governo José Richa, já havia uma programação, cujo conteúdo foi discutido antes da campanha, com todas as lideranças paranaenses e a comunidade.

É evidente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que no ano de 1983, coube ao Senhor Secretário promover as mudanças de uma estrutura viciada que havia naquela Secretaria, posteriormente, colocando em prática o plano discutido anteriormente, sendo que em apenas dois anos já se pode verificar resultados no Paraná, com referência ao atendimento aos municípios, e, principalmente com relação à área que represento, onde tem o maior conhecimento de causa, existe todo o apoio

da Secretaria da Saúde.

O que se observa hoje é que a finalidade real da Secretaria da Saúde está voltada para o objetivo de atender o povo do paranaense, principalmente no setor carente. E nós sabemos que a Saúde, a Educação e a Segurança são prioridades no Brasil, e no Paraná.

O que me causa surpresa é que os nobres colegas deputados devem receber relatórios, não somente da Secretaria da Saúde, mas de todas as Secretarias de Estado, que nos são entregues em nossos gabinetes, para que possamos acompanhar os trabalhos desenvolvidos.

Quanto à acusação do Deputado Luiz Alberto Oliveira, Líder do PDS, não me causa estranheza, em razão do mesmo sempre criticar a administração do Governador José Richa.

Muito obrigado, Senhor Presidente".

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) -

Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, e Senhores Deputados.

Vimos hoje uma nota ao jornal, a nos criticar por querermos Jayme Canet, para Governador. Vimos Deputados fazer em críticas, defendendo o seu candidato, com justa razão. Mas, Canet, não nos pediu nada, nós é que pedimos pelo Paraná; nós é que falamos e solicitamos, com a devida vênica do nosso Partido, para que o Paraná tenha, mais uma vez, o homem do gabarito de Jayme Canet Júnior. Damos razão aos homens que o apoiam, mas não admitimos que julguem o candidato do povo, porque, ao ser criticado Canet, quem está sendo criticado é o povo do Paraná. Não podemos admitir, porque Canet nada pediu para mim. Ninguém me obriga, ninguém nos obriga, a não ser uma ditadura imposta, que não se vote como cidadão livre e independente. Então, que cessem as acusações, que cessem, os homens que temem Canet. E voltando, ao pronunciamento do Deputado Manfrinato, que bela peça de oratória, que bela apresentação que o seu pupilo, o Secretário de Saúde, fez ao Paraná.

Diga-nos o que trouxe este homem até o presente momento, Senhor Presidente, para o Paraná, para as classes carentes, e nós lhe responderemos com o que trouxe Buzzato no tempo da ARENA e do PDS.

Vamos fazer um cortejo, porque zero cortado, desse Secretário de Saúde, que nada fez pela saúde de seu povo. O que quer o Deputado Dirceu Manfrinato com suas bajulações, ou para agradar o Secretário ou para agradar o Secretário ou para agradar o Senhor Governador? Que traga algo que ele fez de palpável e nós

voltamos a esta tribuna para dizer que o relatório fantasma é verídico; relatório que não existe. Não que eu duvide da palavra do meu colega Manfrinato, mas é um relatório fantasma, pois vemos pela cidade, mendigos carentes a dormir nas calçadas, temos a falta de assistência, a falta de cadeira de roda, a falta de medicamentos para as Prefeituras do interior.

É uma defesa indefensável Senhor Presidente e nós não podemos tolerar, mesmo procurando ferir a sensibilidade do companheiro como Dirceu Manfrinato. Mas o Secretário que ele procura bajular nada fez pelo Paraná e pela sua gente e não é por isso que vamos fazer ouvidos moucos.

Vejam Senhores, as vacinações que ele não acompanha; vejamos quantos e quantos pobres passam necessidades por falta de remédio que ele não dá. Onde está, Deputado Manfrinato, este relatório, pois eu quero dar as minhas mãos à palmatória. Porque a verdade tem que ser dita Vossa Excelência, me desculpe, mas vou divergir mais uma vez: pega o relatório que fez o seu candidato da Secretaria da Saúde e daí nós daremos a mão à palmatória, dizendo que nós estamos mentindo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) -

Concedo a palavra, no Grande Expediente ao Senhor Deputado Sérgio Spada, inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"No interior do quadro autoritário institucionalizado no País a partir de 1964, está evidente que reformas genéricas são incapazes de modificar as estruturas do Poder. A soberania popular exige reformas efetivas e à classe dirigente caberá a falácia, isto a história o indica, de coroar seu domínio secular num sistema constitucional situado na suprallegalidade.

Neste projeto histórico das classes dominantes, o povo deixa de atuar. Nem o povo estaria presente, nem a Nação ocuparia seu espaço, se não que acima do povo e da Nação se congrega uma classe política ciosa de seus privilégios e certa de sua competência exclusiva de fazer e produzir a história em lugar do povo e da Nação.

Salta à razão, pois, que querer recuperar a legitimidade mantendo o essencial do sistema é tarefa contraditória e socialmente impossível. Desse malabarismo resultaria mais uma contratação legal, mais uma fraude contra a Nação. A partir desse ponto, não será

difícil perceber que a legitimidade, na qual repousa a autoridade autenticamente qualificada, atinge sua plenitude na participação das decisões políticas.

O arsenal de medidas propostas se multiplica em sagazes e hábeis manobras, que se estendem desde a reforma constitucional, por meio de emendas, até o surgimento do futuro Congresso com poderes constituintes. O dilema nacional não está, todavia, entre a Constituinte e a reforma constitucional. O confronto está entre constituinte e Poder de fato.

O Poder Constituinte derivado seria invocado para remendar, legalizar, sem atingir o ponto fundamental do debate. Se os representantes do povo, eleitos para exercer o Poder Constituinte originário se vinculam à Nação, os legisladores ordinários refletem uma constelação de Poder que gira em torno do Governo. O primeiro, originário, é popular e o segundo é estatal. A diferença consiste em que a constituinte reordena a sociedade civil, preocupada em ajustar os fatos à legitimidade, sem atuar no vazio ou por meras fórmulas políticas. O legislador ordinário, ao emendar a carta básica, promove apenas acertos nos quadros dirigentes para que o Poder se liberte de freios e contrapesos.

Argumenta-se, para descartar a tese da constituinte e afirmar a emenda, que todos estão acordes ser necessária que a primeira só teria sentido se houvesse um vácuo de Poder, provocado por uma crise revolucionária. Cumpre constatar ainda, que também as emendas constitucionais nascem de um movimento de mudanças, e muitas vezes, na base do colapso iminente do Poder.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a tese de que a constituinte só é possível sobre a ruína do Poder, se amparada na doutrina política pura, choca-se historicamente com os precedentes. A constituinte dissolvida em 1923 foi convocada em 3 de junho de 1822, antes, portanto, da Independência, e exatamente para organizar o berço em que esta deveria nascer. A constituinte convocada em 14 de maio de 1932, se deu, embora reconhecida pelo Governo provisório, contra o grupo que controlava o Poder, graças às pressões de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Foi uma vitória política das correntes estaduais contra o tenentismo. A constituinte eleita em 2 de dezembro de 1945 foi convocada por Getúlio Vargas em 28 de fevereiro do mesmo ano, ainda vigente o Estado Novo, em ato que foi considerado constituinte pelo Tribunal Superior Eleitoral, com poderes depois reconhecidos como ilimitados. das quatro constituintes de nossa história,

três desmentem a tese da preexistência da ruptura formal do Poder e delas apenas a de 1981 teve este caráter.

Conclui-se, então, que só o deslocamento do titular do Poder Constituinte, no reencontro com o povo - conjunto dos cidadãos politicamente ativos - poderá desencadear esse passo definitivamente qualitativo. Não é qualquer um que pode legislar, nem todos os estatutos são leis e, muito menos, constituições, senão que a habilitação provenha de um título fundamental, a soberania popular. O Poder Constituinte não pertence aos legisladores ainda que dotados de poderes de emenda, sejam os atuais ou os futuros legisladores; este Poder pertence ao conjunto do povo.

Outra mística que correntemente se opõe à constituinte é de que este organismo não corresponderia aos interesses populares, pois o homem do povo não conseguiria identificar em sua convocação, eleição e instalação suas expectativas de melhoras das condições de existência. Está aí posto o discurso da classe dominante, muitas vezes incorporado por frações dos setores populares. É óbvio que a elite não precisa de constituinte. Quem dela tem necessidade são os que não têm voz no estreito círculo da chamada classe política: a classe média, com oportunidades cada vez menores diante do esgotamento do regime cooptativo dos favores, e a classe operária, reduzida a peça auxiliar no quadro de Poder, com sindicatos sitiados e seus direitos tutelados. Só por meio da constituinte os empresários deixarão de ser instrumento passivo do Estado, amordaçados nas suas atividades e opiniões, cuja franqueza ou rebeldia lhes custa a ruína, no corte de créditos e negócios que passam quase sempre, numa economia governamental, pela rede bancária oficial.

Assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que está em causa não são as conquistas isoláveis e controláveis, mas o reordenamento das oportunidades, com a incorporação de novas classes nas esferas representativas da política. Para a escamoteação já é muito tarde, por mais que se cogite de canalizar institucionalmente os dissídios e os conflitos, falsificando-os com regras eleitorais que, mediante casuismos geográficos, assegurem o simulacro da maioria dos votos. O pacto social discutido, conseqüentemente, não poderá de modo nenhum sufocar estes conflitos e dissídios; ao contrário, terá de produzi-los em novos patamares, de liberdades amplas no interesse das classes emergentes.

A constituinte se origina no fato de

que os elementos reais de Poder imperantes dentro do País sofreram e tiveram operadas transformações que exigem novos passos. O ingresso do Brasil no caminho constitucional é irreversível, ainda que se o desejo contemporizador e conciliador. E vem aqui a necessidade de leitura das razões por que, de súbito, se fala em toda a parte, particularmente nos círculos do antigo governo e antigo regime, em emenda e revisão constitucional, com muitas fórmulas e sugestões. E quem conhece a classe dominante brasileira não se deixa enganar pelo espetáculo das aparências; observa logo que há em marcha um movimento defensivo contra uma realidade já atuante, cristalizada nas universidades e fábricas, parlamentos e ruas.

Há que se problematizar ainda mais esta Constituinte. Se o arbítrio, ainda quando cercado de leis, embora proteja na força, não consegue estabelecer as bases de nenhum governo efetivo e estável; se é vago e não tem fronteiras, e constitui a guerra potencial entre governo e governados, põe-se como pedra angular de todo o processo o banimento do arbítrio. Sim pois se a liberdade pode ser arbitrariamente suspensa ou anulada, todas as garantias de funcionamento das instituições são inúteis e que garantia haveria de que uma lei deliberada livremente em favor do povo, quando os legisladores estão permanentemente ameaçados de serem expulsos do Congresso, ou encarcerados por uma Lei de Segurança Nacional?

E mais: como é possível sujeitar-se a uma ordem social e permanecer livre? Só uma resposta é possível, resposta que suscita uma solução democrática, ao estabelecer a medida que harmoniza a liberdade individual com a vontade coletiva. Esta medida é a liberdade política, que é no fundo autonomia, como aprovação e consentimento sugerindo a existência de uma opinião pública que exige liberdades de palavra, de imprensa e de cultos, com suporte na liberdade básica entre todas, a liberdade física.

À vista dos conceitos propostos, é possível definir a constituinte que queremos. Terá de ser LIVRE, porque contará com a participação de todas as correntes políticas existentes no País, já organizadas ou não, que se aglutinarão em partidos políticos. Impõe-se a revogação de toda a legislação autoritária; profunda reformulação nos órgãos de informações do Governo; revogação da Lei de Segurança Nacional; supressão das sublegendas; revogação da exigência de divulgação de sufrágios; permissão da coligação partidária; revogação do voto distrital; modificação da legislação especial a fim

de assegurar ampla liberdade sindical e estudantil; fim do instituto do Decreto-Lei e completa revisão do sistema sindical e eleitoral do País, se possível com a utilização da informática no processo eleitoral.

Terá de ser DEMOCRÁTICA, porque deverá privilegiar a ampla participação de todos os segmentos da Nação, não só com seu voto, mas na elaboração das teses a serem aprovadas pela Assembleia Nacional Constituinte. A idéia de força se oporá a força da idéia; a força e suas variantes - o terror e a violência - se situarão fora da política, priorizando a legitimidade, que vem de baixo, fazendo o Poder repousar menos na força do que na autoridade. A campanha deverá ser ampla, sem restrições ao acesso gratuito ao rádio, televisão, jornal ou outro instrumento de divulgação. A Lei de Imprensa não poderá vigorar e a propaganda paga será vedada. E como só o fato de se ter uma nova constituição não é suficiente para que sejam eliminadas as injustiças sociais, o titular da maioria determinará o que é segurança pública ou nacional, as medidas de emergência e as políticas de emprego, alimento, ensino, saúde, habitação, transporte e trabalho. E porque todos os indivíduos terão o valor político igual, com os mesmos direitos à liberdade e à participação, assegurar-se-á o direito de votar e ser votado aos analfabetos e a todos os militares.

E terá de ser SOBERANA, porque diferentemente das constituintes de 1824 ou a de 1934, os termos da Carta elaborada serão aceitos e assumidos como documento supremo da Nação e do País, sem ingerências vindas de quaisquer outros poderes. Amplos debates serão desenvolvidos em todas as organizações sociais, nos sindicatos, nas universidades, nos partidos políticos, nas Câmaras e Assembleias, encaminhando as conclusões à Assembleia Constituinte para que o povo brasileiro possa se ver como partícipe efetivo da elaboração da nova constituição. Fica, deste modo, prejudicada a idéia de formação de Comissão Pré-Constituinte pelo Governo com papel ascendente sobre a Assembleia, ficando as conclusões daí resultantes apenas como colaboração do Governo Federal aos trabalhos constituintes. Finalmente, que a carta constitucional votada pela Assembleia Constituinte seja submetida de imediato a referendo popular, condição "sine qua non" de vigência, e não se fala numa degradação do referendo, que são os plebiscitos constituintes, ao gênero chileno de Pinochet.

E se o processo constituinte já está em curso, o instante da constituinte não se pode conceber senão para o ano de 1986,

permitindo às forças políticas do País o acúmulo de energias e organização no tempo, visando refletir efetivamente a correlação de interesses ideológicos, sociais, econômicos, jurídicos e políticos.

O certo é que todos os passos, insuficientes na verdade, no caminho das liberdades e da democracia, nos quase cento e sessenta anos do país independente, foram dados pelas constituintes, que legaram à sociedade civil as bandeiras de sua emancipação. O que há no Brasil de liberal e democrático vem de suas constituintes, e o que há de elitista vem das outorgas, das emendas e dos atos de força. É fato que nunca o Poder Constituinte conseguiu, nas suas quatro tentativas, vencer o aparelhamento do Poder, mas essas investidas foram as únicas que arvoraram a insígnia da luta, liberando energias parcialmente frustradas e consolidando conquistas.

A opção autocrática e ditatorial, longamente vigente, já mostrou o que pode fazer. Resta a outra alternativa, que não é otimista, mas tem ao seu lado a esperança, confiantemente alicerçada nas novas forças que crescentemente definem o perfil da nova sociedade brasileira, pondo termo ao atraso e à estagnação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE (**Wilso Squarezi**) No horário reservado às lideranças Partidárias, consulto à Liderança do PMDB se deseja utilizar o seu horário.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Por cinco minutos, o Deputado Osvaldo Alencar Furtado e os quinze minutos restantes eu usarei.

O SR. PRESIDENTE (**Wilso Squarezi**) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso desta tribuna hoje para fazer três registros. O primeiro, já me inscrevi para o Grande Expediente de segunda-feira quando irei provar a incompetência, a incapacidade do Secretário da Saúde, Luiz Cordoni Júnior, mostrando com números, dados e fatos, a sua real incompetência, respondendo aos meus companheiros de bancada Dirceu Manfrinato e Rubens Bueno.

O outro registro é para dizer da minha estranheza com relação aos pareceres dados pela Comissão de Constituição e Justiça deste Poder. Dizia o Deputado Ivan Gubert de que o veto apostado ao projeto de lei, pelo Governador, diz apenas do prazo

constitucional ao veto. Mas a posição da C.C.J., no parecer dado ao veto apostado ao projeto do Deputado Eduardo Baggio, termina por dizer: "Nestas condições o nosso parecer é no sentido de que a proposição está em condições de ser apreciado pelo Plenário, opinando-se pela manutenção do veto". Então a C.C.J. opinou e, se opinou, o fez juridicamente.

E se a sua missão é apenas de verificar a respeitabilidade com respeito ao prazo constitucional, ao opinar ela extrapolou. E é estranho também que esta mesma C.C.J. extrapolou de suas funções para opinar favoravelmente ao veto, quando opinou anteriormente a favor do projeto.

O terceiro registro, é para dizer que protocolamos hoje, neste Poder, um ofício dirigido ao Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná, nos seguintes termos:

"Solicitamos de Vossa Excelência seja expedida certidão de frequência dos Senhores Deputados, referentes às sessões realizadas durante o mês de março, bem como seja este procedimento adotado nas mesas subsequentes, para que possamos colaborar com a moralização deste Poder, dando cumprimento ao artigo 10, ítem 3, da Constituição Estadual".

Este ofício é para dizer que os nossos pedidos de verificação, de chamada nominal, não visam apenas, como disseram alguns Deputados, o tumulto dos trabalhos deste Poder, muito ao contrário, visam exatamente fazer com que os Deputados que na realidade trabalham, sejam prestigiados e sejam conhecidos pela opinião pública, e os que não trabalham sejam execrados por esta mesma opinião pública.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Wilso Squarezi**) - No restante do horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Lê):

"Queremos crer que uma das muitas missões que a Assembléia Legislativa tem, é a de ser a caixa de ressonância dos anseios populares, e esta ressonância ocorre via pronunciamentos feitos por representantes do povo, seja de forma genérica, seja de forma específica.

Para exemplificar, poderíamos dizer que, de forma genérica, o parlamentar vem à tribuna para levantar um anseio popular que atinja ou que possa vir a atingir a toda a população do Estado. Por outro lado, de forma específica, o parlamentar vem a tribuna para defender os interesses e anseios da população dos municípios

onde é o mais votado ou, pelo menos, onde é votado.

Porém, fugindo à regra usual, o ilustre Deputado Ivan Gubert, fez uso da tribuna no dia de ontem, para defender um Município que não é da sua área de influência, e onde não recebeu, ao menos, um só voto.

E pode ser este o motivo que o levou a cometer certos deslizes, quando de seu exercício de retórica sobre problemas que não lhe seriam diretamente afetos, não fosse por motivos sub reptícios.

Poderíamos citar como sendo o primeiro dos referidos deslizes, o fato de receber suas informações, e não ter o cuidado de checá-las, de se aprofundar mais na abrangência das mesmas, de não verificar suas ramificações intrínsecas.

Notem bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não estou aqui fazendo nenhum exercício de retórica, muito menos querendo transmitir ensinamentos sobre atuação parlamentar a quem quer que seja, pois é sabido que quem não pode, não se estabelece.

Estou, na qualidade de representante do Município de Santana do Itararé, fato do qual muito me orgulho, usando da palavra para vir em defesa de lideranças daquele Município, que foram injustamente criticados pelo nobre Deputado do recém-formado Partido da Frente Liberal.

Ocorreu o fato de o referido Deputado imputar, pretensamente, ao Presidente do Diretório Municipal do PMDB, a culpa de estar desviando recursos destinados à construção de um hospital naquele município.

No entanto, o que foi omitido, e friso, por desinformação do Deputado, é que a verba de dez milhões de cruzeiros foi doada para a entidade filantrópica que está construindo o hospital.

Portanto, seu representante legal tem o direito, e poderíamos dizer, até a obrigação, de aplicar as verbas onde quiser, e de utilizá-las na medida do necessário.

Se assim não o fizer, correrá o risco de ver seu dinheiro corroído pela inflação, e seu hospital, tão necessário para a comunidade, ficaria em sonhos.

Porém, a desinformação atinge níveis tão altos, que o Deputado Ivan Gubert, e volto a dizer, que em Santana do Itararé não recebeu um voto sequer, vem falar que o hospital estaria sendo construído com recursos do PRAM.

Para informação dos nobres Pares deste Parlamento, e mais especificamente do Deputado Ivan Gubert, o que está sendo construído com o dinheiro do PRAM é um Posto de Saúde, construção que já deveria ter sido feita há muito mais tempo, e que

foi sendo postergada pelo Prefeito José Pereira Neto, sabe-se lá por qual motivo.

Mas, pasmem, Senhores Deputados, somente quando o Presidente do Diretório do PMDB, homem de integridade a toda prova, começou o movimento de construção do Hospital, é que o Prefeito, seu adversário político, veio oferecer como "piéce de résistance" de sua atuação, a construção de um Posto de Saúde.

Para tanto, foram liberados recursos oriundos do PRAM, da ordem de quatorze milhões, trezentos e sessenta e nove mil cruzeiros, para que fosse construído um prédio de 126 m², liberação esta feita em 14 de dezembro passado, tendo um prazo de 180 dias para execução da obra.

Aliás, este prazo é mais um dado incorreto que o Deputado citou sobre o episódio. Cumpre, porém, esclarecê-lo sobre o fato de que a obra tem, efetivamente, 180 e não 120 dias, para ser concluída, e refiro-me ao Posto de Saúde, e não ao Hospital, porém, a mais de 120 dias da liberação da verba, só estão concluídos 9% da obra, ou seja, pouco mais do que a Fundação.

E, já que estamos falando no Prefeito, e já que estamos falando no Deputado que interessou-se pela defesa dos problemas populares daquela área, e sobre o motivo do interesse voltaremos a falar, porque é que o Deputado não aconselha o Prefeito a, além de apressar as obras de um Posto de Saúde que já deveria existir há mais tempo, também a não se descuidar dos problemas educacionais.

E informo: no Convênio que a Prefeitura tem com a Secretaria de Educação, está havendo uma solução de continuidade, pois o Prefeito está se omitindo, quanto à apresentação de um Plano de Aplicação, e de uma Certidão Negativa do Tribunal de Contas, com isso adiando o recebimento das verbas, e a tal ponto que já houve dois casos de desistência por falta de pagamento de Professores.

Fora o prejuízo individual destes Professores, o que é um fato, há também o prejuízo maior da população, que correrá o risco de ver o nível instrucional de seus filhos baixar. E me pergunto: Qual o motivo desta espera, desta omissão? Como andarão estas prestações de contas Municipais, que impedem que o Prefeito consiga a Certidão Negativa? Aonde está o Plano de Aplicação pois, se os documentos existem, porque não estão em poder da Secretaria de Educação, que faria a liberação "Imediata" da verba! Será que o Deputado teria informações sobre estes aspectos?

Se o Deputado quer ajudar, e conquistar na região, que aconselhe o

Prefeito a assumir os problemas reais, e não venha aqui assacar contra quem nada deve.

E quem não deve, no caso, é o Presidente do Diretório, que está se preocupando com o bem-estar e a saúde do povo, a ponto de encabeçar um movimento para construção de um hospital, a ponto de doar graciosamente um terreno para sua construção, a ponto de lutar por verbas que permitam a execução das necessidades, e, a ponto de fazê-lo, não na condição de Presidente do PMDB, mas na condição de procurador da entidade filantrópica, a condição do membro atuante, desinteressado e consciente da sociedade

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se o Deputado Ivan Gubert, e aqui falo sobre os motivos que podem ter levado Sua Excelência a abordar tal assunto, se o Deputado Ivan Gubert pretende filiar Prefeitos ao seu partido, retirando-os do PDS, e para tal propósito encontra dificuldades, que o faça de forma mais ética e direta, e não por meio de ataques aos que só procuram soluções dos problemas de suas regiões.

Assim, ele só conseguirá repúdio de nossa parte, bem como do povo da Região onde ele procura lançar discórdia.

Vale bem parafrasear o Deputado Gabriel Manoel, citando: "Quem tem telhado de vidro, não atira pedras no vizinho".

Portanto, quero dizer que não podemos falar sobre o que, ou quem, desconhecemos, sob o risco de estarmos sendo traídos pela desinformação.

Às vezes as coisas não são bem o que aparentam e, ao abordá-las, temos de ter toda informação sobre as mesmas, e de fonte segura, pois em caso contrário estaremos sendo efetivamente, desinformados, com todas as letras.

O Sr. Ivan Gubert- Vossa Excelência me permite um aparte? (**Assentimento**).

Deputado Tadeu Lúcio Machado, inicialmente, eu quero reiterar que não existe de minha parte desinformação alguma. Eu denunciei ontem através de telegrama enviado pelo Deputado Federal Santinho Furtado, ao Prefeito Municipal de Santana do Itararé, Senhor José Pereira Neto, o Governador José Richa tinha doado ao Hospital de Santana do Itararé a importância de dez milhões de cruzeiros, no mês de setembro, isto é um fato...

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Ao hospital, nobre Deputado e não ao Prefeito.

O Sr. Ivan Gubert- O Prefeito, comunicado disto, sabendo e já tendo elaborado as obras prioritárias do seu município dentro do programa do PRAM, iniciou gestões no

sentido de que este dinheiro chegasse às obras do hospital.

Eu denunciei ontem em segundo lugar, nobre Deputado que o dinheiro estava aplicado e realmente ele está aplicado em caderneta em nome do Hospital Comunitário de Santana do Itararé, entidade esta que não existe legalmente e os responsáveis pela movimentação são aqueles que Vossa Excelência, ontem, em um aparte a mim, realmente citou, Jorge Benedito Vidal e Messias de Souza; o valor do depósito na caderneta de poupança, de dez milhões de cruzeiros e na época, conforme afirmei, da verificação, treze milhões de cruzeiros era o saldo.

Vou tecer agora os comentários, se o nobre Deputado me permitir, a respeito do seu pronunciamento.

Eu não tive votos em Santana do Itararé, mas o Deputado Estadual, nobre Deputado, quando é eleito, ele é eleito para ser Deputado do Estado e não do município. Logo eu me permito e tenho o direito, na minha maneira de entender, de defender os interesses de pessoas que não pretendem o bem de Santana do Itararé; e quando eu falei ontem, eu não estava falando em meu nome e sim de um Deputado eleito pelo Estado do Paraná.

Eu não critiquei, ontem, Liderança alguma. Eu perguntei, eu tenho cópia do meu pronunciamento em mãos e não critiquei ninguém. Não afirmei que estava havendo desvio de recursos. Disse, isso sim, que a verba tinha sido depositada no banco, que o hospital estava necessitando. Quanto ao problema de semântica, se é posto de saúde ou hospital, na realidade é um setor, uma construção que está sendo erigida no sentido de atender a população de Santana do Itararé.

Quanto ao prazo, nobre Deputado, eu fui claro ontem: faltam 120 dias para a conclusão da obra; tem 60 dias que está vigorando o contrato, são 180 dias que Vossa Excelência afirmou. Então a minha informação não era tão furada como pretende Vossa Excelência.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - O nobre

Deputado Ivan Gubert há de convir comigo que o prefeito de Santana do Itararé recebeu, Vossa Excelência, sabe disso, a quantia de 14 milhões de cruzeiros do PRAM para a construção de uma obra que seria um ambulatório médico ou posto de unidade sanitária.

O Prefeito de Santana do Itararé queria mais dez milhões para uma obra que já tinha uma quantia definida e certa, muito inteligente.

E já, nobre Deputado, que estamos falando no Prefeito de Santana e que estamos falando no Deputado que

interessou-se tanto pela defesa dos problemas daquela área e sobre o motivo do interesse, voltamos a falar porque é que o Deputado, isso eu peço em meu nome e em da comunidade de Santana do Itararé, porque é que o Deputado Ivan Gubert tão preocupado em prestar serviços àquela comunidade, na qualidade de Deputado de todo o Estado do Paraná, não aconselha o Senhor Prefeito Municipal, que além de apressar a obra do Posto de Saúde, para ser concluída no tempo, especificado no contrato, e também a não se descuidar dos problemas educacionais? Porque se o nobre Deputado não sabe - e eu vou informar, o convênio que a Prefeitura de Santana tem com a Secretaria da Educação, está havendo uma solução de continuidade; pois o Prefeito está se omitindo quanto à apresentação de Plano de Aplicação e de uma certidão negativa, do Tribunal de Contas do Estado, com isso adiando o recebimento de verbas, e a tal ponto, que já houve dois casos de desistência de professores que não querem mais lecionar, por falta de pagamento desde o mês de janeiro. Afora o prejuízo individual desses professores é que de fato há também o prejuízo maior da população que correrá o risco de ver o nível de instrução de seus filhos baixar. Qual o motivo dessa espera nobre Deputado Ivan Gubert? Qual o motivo desta omissão? Como andarão as prestações de contas municipais que impedem que o Prefeito consiga a certidão negativa junto ao Tribunal de Contas? Aonde está o Plano de Aplicação da indicação? A Secretaria da Educação faria a liberação imediatamente? Se o Deputado quer realmente ajudar e conquistar votos da região, que aconselhe o Prefeito a assumir os problemas reais e que não venha aqui assacar contra quem nada deve.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu acho que, neste momento, eu estou que nem a mortadela no sanduiche. Porque o segundo Deputado mais votado, se não me falha a memória, foi este representante do PDS.

E o Deputado Ivan Gubert, talvez pelo excesso de amizade, pelo excesso de confiança na Frente Liberal, talvez tivesse procurando nos dar o escanteio, e eu agradeço a Vossa Excelência pela defesa e queria dizer a Vossa Excelência que em Santana do Itararé nós ficamos em segundo lugar. Mas como Vossa Excelência faz parte do Governo, Vossa Excelência como Deputado íntegro, procura levar para os municípios em que Vossa Excelência ganhou, com o seu Governo, os benefícios para a sua terra. Eu estranho esta atitude também do meu companheiro, Deputado Ivan Gubert,

invadindo áreas de homens que eles querem atrair para a Frente Liberal. E eu admiro o Deputado Ivan Gubert, como meu amigo particular. "Mas como pode o peixe vivo viver fora da água fria"? Como podemos ir para a Frente Liberal, se estamos sabotados? Como podemos, Deputado Tadeu, porque Vossa Excelência sabe que eu digo de frente, que o Deputado Ivan Gubert é meu amigo particular, que eu respeito, ficou por ingerência, sem dar satisfação para seus companheiros antigos.

E Vossa Excelência está de parabéns, ao defender o seu terreno. Porque quem não defende o que é seu, não merece confiança. E eu agradeço, Deputado Ivan Gubert, pela ingerência, nos municípios onde eu fui o segundo mais votado. É desse jeito que nós estamos fatalmente fadados à derrota. Como pode a Frente Liberal ter homens, que com ingerência indébita, Deputado Tadeu, assacar contra ex-companheiros, que defenderam, deram seu sangue, sua vida, pelos antigos companheiros, sem pelo menos dar uma satisfação para o Deputado mais votado em segundo lugar?

Como pode a Frente Liberal, querer agrupar Deputados falidos, ou que estão procurando a falência, Deputado? A falta talvez de experiência, do meu irmão Deputado Ivan Gubert, seja a falência desse partido que não está na frente, está prá trás. Hoje eles perderam o Deputado, que talvez na sua simpatia, pudesse até ir para a Frente Liberal; mas que sirva de aviso para os outros companheiros: o desrespeito que eu vejo em Vossa Excelência, o desrespeito da bancada de Vossa Excelência. Onde está o respeito ao Deputado da Oposição que teve o maior número de votos, depois de Vossa Excelência?

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Para concluir, eu quero parafrasear o nobre Deputado Gabriel Manoel, citando que: "quem tem telhado de vidro não atira pedra".

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa informa que por liberalidade havia concedido um minuto para Vossa Excelência concluir.

A palavra é concedida à Liderança do PDS, no horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não é do meu feitio, Senhores Deputados, provocar celeuma com os companheiros, ou ex-companheiros, mas

quando extrapolou, quando a ganância, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a falta de ética do companheirismo como faltou o Deputado Ivan Gubert ao ir no município onde o PMDB tinha liderança e onde, modestamente, nós fomos o 2.º mais votado; quando ele vai a Japira, quando nós tivemos lá a maioria absoluta, na euforia de assacar os votos para a Frente Liberal, partido simpático a nós, mas do que nós não podemos participar. Hoje, quero fazer de público um pronunciamento: a Frente Liberal perde um futuro companheiro, por causa da inabilidade do meu amigo, Ivan Gubert, que não sabe respeitar as áreas, porque quando este ilustre companheiro, na FUNDEPAR, como seu chefe absoluto, nós o respeitamos, nós o defendemos, porque a verdade tem que ser dita.

Agora, o que não podemos, Deputado Tadeu Lúcio, é sermos apunhalados pelas costas, pela ganância de companheiros desleais, de companheiros que não conhecem o que é agrupamento.

Por que é que eu sou admirador do Deputado Quielse, nosso 2.º Secretário? Por que onde ele estiver eu voto nele? Ele deu prova de honestidade! Uma vez, de um município da minha região, um homem simples, viera a falar com ele, como 1.º Secretário, quando ele foi 1.º Secretário, e ele disse: "Vai falar com o Turco, Gabriel Manoel". É por isso Deputado Quielse que lhe rendo as minhas homenagens.

Hoje, volto para a casa, se necessário for, mas hei de denunciar este método do Deputado Tadeu Lúcio, que não existe no seio da nossa bancada, este método, que talvez os homens de experiência, não usam, talvez, Senhor Presidente, porque nós não estamos atrás de cargo, nós carregamos o ônus do PDS, nós somos leais, como sabe o Deputado Rubens Bueno, na Comissão Parlamentar de Inquérito, mas na 1.ª volta fomos apunhalados. Senhor Presidente, pela ganância, pela barbaridade! Não se pode fazer isto, porque não pertence ao velho método dos homens que foram do PTB, dos homens que sabem respeitar os seus companheiros, dos homens que por uma obrigação de companheirismo deviam, pelo menos respeitar, deviam respeitar, Deputado Tadeu Lúcio, os seus companheiros, que, embora claudicando, têm o respeito do povo, porque demos ao Paraná, demos a Ney Braga, demos e assumimos o ônus, como boi de piranha e agora, na sua vez primeira em que a Frente se esboça, ao invés do Deputado Ivan Gubert jogar no atacado, ele está jogando no varejo!

E que sirva de alerta aos companheiros deputados e ao companheiro Ivan Gubert,

que o Deputado mais burro aqui da Assembléia dá nó em pingo d'água e conserta relógio embaixo do mar!

Vimos a esta tribuna, quantas e quantas vezes for preciso defender o nosso Partido e os nossos ex-Governadores!

Agora, apunhalados pelas costas. Nós não choramos porque covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta, e o Deputado Ivan Gubert e esta "FRENTE FRIA" que espere a nossa resposta. Nós estamos aposentados, mas havemos de dizer que a traição, Deputado Ivan Gubert não mora em nosso coração. Vossa Excelência pagou muito bem para mim a defesa que fiz de Vossa Excelência, pagou muito bem indo a todos os municípios, do Deputado que estava na expectativa "malufista" como Vossa Excelência, que depois pulou de barco.

Nós estamos aqui, Deputado, para dizer que a FRENTE LIBERAL há de ter um adversário aqui dentro, não pelos seus companheiros, mas Vossa Excelência aprenda a respeitar para ser respeitado.

Se disséssemos Deputado Ivan Gubert o que fez Vossa Excelência na FAMEPAR; o que fez Vossa Excelência como traição aos companheiros. Famigerado, Vossa Excelência invadiu o Paraná inteiro, Deputado Ivan Gubert, para colher tem que se plantar e quem semeia ventos colhe tempestade. Vossa Excelência não tinha o direito de ir aos municípios de outros companheiros que nós respeitamos toda a vida, e não temos medo Deputado, se Vossa Excelência vier a fazer parte do Governo, para o qual pulou na última hora. Só que Vossa Excelência com a sua traição há de escutar este Deputado, durante estes dois anos, dizer a verdade. Chega de masoquismo, chega de invadir áreas, Deputado. Vossa Excelência já teve voto em toda parte, já se aproveitou da FAMEPAR. Qual é a defesa, Deputado, que Vossa Excelência tem ao agredir um companheiro como nós? Qual é a defesa que Vossa Excelência tem por invadir áreas Deputado, de seus próprios companheiros?

Vossa Excelência me faz lembrar os ratos, que quando os navios estão afundando, comem-se uns aos outros. Por isso, nobre Deputado, a sua "FRENTE" já está "DE COSTAS".

Muito obrigado (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi)

Consulto à Liderança do PDS, se deseja a complementação de seu horário.

O SR. ANTÔNIO BELINATTI - Declinamos.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem)

Senhor Presidente. Requeiro que se proceda à verificação de quorum para continuidade da sessão.

O SR. IVAN GUBERT (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação. Chamada nominal, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa esclarece que não há matéria sendo votada. Todavia interpreta o pedido do nobre Deputado Edmar Luiz Costa, como de chamada nominal, que é deferida e solicito ao Senhor 1.º Secretário que faça a chamada.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) Eu não requeiro chamada nominal. Eu requeiro apenas que se procedesse à verificação de quorum para continuidade da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) A Mesa não tem como verificar o quorum por inexistência de matéria sendo votada, a não ser através de chamada nominal.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, eu entendo que o Regimento Interno está sendo mal interpretado. A verificação de quorum para continuidade da sessão é meramente, Vossa Excelência, proceder a contagem dos Deputados que estão no Plenário. Se Vossa Excelência entender o contrário, retiro o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa não tem como verificar o quorum sem a existência de votação.

O EDMAR LUIZ COSTA - Retiro o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Havendo sido retirado o pedido, consulto à Liderança da Frente Liberal, se deseja utilizar o seu horário.

Com a palavra o Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT - Senhor Presidente, Senhores Deputados, inicialmente eu pretendia não tocar mais no assunto Santana do Itararé, depois do aparte que o Deputado Tadeu Lúcio Machado me concedeu. Mas em função do pronunciamento do Deputado Gabriel Manoel, no Horário da Liderança do PDS, eu só vou tecer alguns comentários, gostaria que fossem ouvidos pelo Deputado Gabriel Manoel, meu prezado amigo, e que tenho impressão que não interpretou bem o meu pronunciamento do dia de ontem.

Eu, em momento algum, afirmei que estava entrando em Santana do Itararé. Afirmei que recebi do Senhor Prefeito Municipal, José Pereira Neto, a cópia de um telegrama enviado pelo Deputado Santinho Furtado, que comunicava que haviam sido enviados recursos a Santana do Itararé e não haviam sido repassados à obra destinada.

Não invadi área. Logo Deputado Gabriel, tudo que Vossa Excelência disse eu, realmente, reputo como um desentendimento havido de sua parte, de vez que não falei absolutamente nada que Vossa Excelência tentou colocar na minha boca.

Quanto à Japira Deputado, nunca estive lá, mas de qualquer forma, já que estou tocando no assunto Santana do Itararé, Deputado Tadeu, eu quero dizer à Vossa Excelência o seguinte: em primeiro lugar, uma das prestações de contas do Prefeito Municipal, foi aprovada ontem no Tribunal de Contas; segundo lugar, conforme toda a documentação que chegou às minhas mãos junto com o telegrama, o contrato foi assinado logo, o prazo está correndo. E o que é mais importante, que Vossa Excelência não explicou em seu pronunciamento, o dinheiro foi ou não foi aplicado onde deveria? Esta é minha grande dúvida, e espero que no momento oportuno Vossa Excelência esclareça.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. IVAN GUBERT - Vou conceder, só pediria ao Deputado Gabriel Manoel que fosse rápido.

O Sr. Gabriel Manoel - Deputado eu acho que Vossa Excelência não é o professor de Deus. Santana do Itararé pertence para outros deputados, e dizia o falecido Avelino Vieira, "cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso". Então deveria deixar para os deputados da área nos chamar. Chamar o Deputado Tadeu, chamar esse coitado do Deputado que está emergindo, então vamos dizer, como é que é Deputado, como vamos fazer aqui? Agora, Vossa Excelência, com o respeito que tenho por Vossa Excelência, não procurei ofendê-lo, mas o que eu digo não nego, devia saber que em Santana do Itararé não teve um voto. Então qualquer deputado podia ir à Santana, Deputado Tércio, Deputado Belinatti, o nosso Líder, o Deputado Gulin, ir à Santana e dizer, vamos acertar aqui o baralho, porque quem não cuida da sua casa, não pode cuidar da casa do vizinho, Senhor Deputado.

Vossa Excelência devia estar preocupado Deputado, com a formação do Partido de Vossa Excelência que dá sustentação ao continuísmo. Então Vossa Excelência deveria procurar, pelo menos, acertar com os Deputados amigos. Procurar, Deputado Ivan Gubert, me perdoe, porque eu custo a explodir, mas quando explodo, explodo!

Se Vossa Excelência achar que estou

sendo muito longo no meu aparte, Vossa Excelência pode me cassar a palavra. Agora Deputado Ivan Gubert, Vossa Excelência é jovem, e não sabe o que é companheirismo. Nós demonstramos na Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado, sinceridade, quando Vossa Excelência e o nosso amigo Ney Braga já estavam superados politicamente. Nós ficamos, Deputado, defendendo uma luta inglória e o reconhecimento que tivemos foi a sua traição.

Muito obrigado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Ivan Gubert, eu afirmo realmente, que o dinheiro, foi para o Hospital de Santana do Itararé, e que o Presidente do Diretório, na qualidade de diretor desse hospital, da construção desse hospital, não tinha mais razão para construí-lo, e o dinheiro está lá. Ele pediu, inclusive, ao Governador do Estado, que destinasse esse dinheiro para outra coisa; agora é evidente que, o Prefeito que Vossa Excelência representa nesta Casa, tem interesse em pegar esse dinheiro, e está usando o Posto de Saúde. Mas o Posto de Saúde já tem verba definida, nobre Deputado, são 14 milhões de cruzeiros que ele recebeu, para construir uma obra de 126 metros quadrados, em 180 dias. Ora! Então eu não estou entendendo a intenção do Prefeito. O dinheiro, é para ser aplicado especificamente no hospital, que não tem nada a ver com a Prefeitura Municipal de Santana do Itararé.

Quanto ao outro aspecto, que o Tribunal de Contas aprovou ontem as contas e forneceu a Certidão, eu lamento profundamente, porque o dinheiro está à disposição da Prefeitura Municipal de Santana do Itararé desde janeiro, nobre Deputado. Desde janeiro!

O SR. IVAN GUBERT - E esse, desde setembro.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - E as professoras, estão sem receber. Agora, o que é pior nobre Deputado: o Prefeito de Santana do Itararé recebeu 3 milhões e meio de cruzeiros o ano passado, para construir um mini-terminal rodoviário. Ninguém sabe do mini-terminal rodoviário. Ninguém sabe do dinheiro! Talvez Vossa Excelência como representante do Prefeito, possa explicar.

O SR. IVAN GUBERT - Eu responderei, na hora oportuna, nobre Deputado. Agora então, somente para concluir o

assunto Santana do Itararé, nobre Deputado.

Na verdade, o dinheiro não foi utilizado, está lá desde setembro! Era o que eu queria saber. Eu agradeço o esclarecimento do nobre Deputado. É um dinheiro parado, 10 milhões de cruzeiros, e o Deputado pretende que, o Prefeito José Neto construa um Posto de Saúde, com 14 milhões de cruzeiros, um Posto de Saúde com 120 metros quadrados, o que realmente é uma barbaridade!

Quero, e lamento que o Deputado Gabriel Manoel tenha saído, dizer a ele que realmente eu entendo que ele usou sinceridade quando defendeu a mim e ao Governador Ney Braga, de algumas imputações injuriosas que a nós foram feitas. Eu agradeço, como agradeço a todos aqueles do PDS, do PMDB e da Frente Liberal que nos defenderam, porque, na realidade, foram imputações injuriosas que nos foram feitas.

Mas, de qualquer forma, eu gostaria de passar ao assunto que me traz a esta tribuna. (Lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No Brasil, ao longo dos anos, vem o assalariado arcando com responsabilidades crescentes, enquanto vê seus proventos ou vencimentos se tornarem cada vez mais minguados.

Trata-se de um fenômeno antigo, que a inflação galopante dos últimos tempos veio realçar, pondo à mostra uma situação de penúria verdadeiramente inconcebível.

E tudo isso porque, ao invés de procurar ampliar o universo dos contribuintes - lançando seus tentáculos insaciáveis sobre os grandes investidores, os que vivem exclusivamente do rendimento do seu capital - compraz-se a receita em oprimir os que trabalham, sugando-lhes, do pouco que ganham, parcela ponderável de seus parcos salários.

Em suma, o trabalhador é quem, invariavelmente, "paga o pato", usando-se uma expressão popular que bem exprime o quadro presente, de distorção e injustiça para com a classe obreira.

Com efeito, sobre o assalariado recai sempre o ônus maior de todo o sacrifício exigido à Nação. De uma forma que não lhe deixa qualquer opção, tem ele, sempre, já decontado na fonte, o imposto injusto, que grava o seu salário. Enquanto isso, os demais contribuintes podem muito bem retardar o recolhimento do imposto, pagando-o com multa ou, muitas vezes, sendo até anistiado...

Com o trabalhador, não. Com o trabalhador a situação é diferente. Primeiro paga, recebendo depois, quando recebe, uma restituição nem sempre

monetariamente corrigida à altura!

Tal estado de coisas - é bom frisar - abrange tanto aqueles trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, quanto os servidores públicos.

Exatamente por isso, quero registrar, desta tribuna, recente manifestação do Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, FAUSTO LUIZ ABRY, feita na coluna "INFORME DO SERVIDOR", que a ASPP faz publicar semanalmente na imprensa da Capital.

Lembra ali o dirigente máximo do funcionalismo público estadual que neste País, de 120 a 130 milhões de habitantes, apenas 4 ou 5 milhões pagam imposto de renda. E, desses três (3) milhões são funcionários públicos - federais, estaduais ou municipais -, que tem o imposto descontado na fonte!

Salienta FAUSTO ABRY que a ASPP tem questionado junto à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, no sentido de que haja uma redução da carga tributária sobre os rendimentos do trabalho assalariado.

E, ressalta, que os servidores públicos há muitos anos vêm tendo seus vencimentos duramente atingidos, ficando muito aquém da desvalorização da moeda.

Aliás, o funcionalismo público federal já de algum tempo vem reivindicando que o desconto do Imposto de Renda na fonte seja apenas sobre o vencimento básico, conforme acontece com algumas categorias mais privilegiadas.

Assim, para minorar a aflitiva situação dos servidores públicos, de todas as esferas, nada mais justo e oportuno que a imediata redução da carga tributária que incide sobre seus minguados vencimentos.

Daí, o raciocínio do Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, analisando a estranha e injusta concepção brasileira quanto ao Imposto de Renda. Afinal acentua FAUSTO ABRY, rendimento é o ato de render; é o produto do capital posto a render.. É o lucro, em última análise. Ao contrário, salário é retribuição de serviço, é o preço do trabalho.

Por isso mesmo,, conclui com acerto que taxar o trabalho, da maneira escorchantes como hoje ocorreu no Brasil, caracteriza inequívoca demonstração de insensibilidade para com uma categoria sofrida e sujeita a toda sorte de idiosincrasias.

Senhores Deputados.

Ao fazer este registro, quero deixar bem clara minha preocupação com o problema. De fato, conhecendo de perto a situação e as agruras do servidor público, como conheço, entendo ser meu dever de político, uma tomada de posição. E é o que

faço, solidarizando-me com a luta do funcionalismo, pertença ele aos quadros da União, dos Estados ou dos Municípios.

Coloco-me, pois, ao lado da ASPP e de seu Presidente, cujo posicionamento merece atenção e respeito, mormente agora que se pretende, com o advento da Nova República, restabelecer a verdade e a justiça, em todos os campos, e uma vez que o próprio Presidente Tancredo Neves, analisando a situação do trabalhador, assim se expressou:

"No Brasil, se privilegia o dinheiro e se pune o trabalho e o trabalhador".

Assim, para que "os dados dessa sinistra equação sejam invertidos", conforme palavras textuais também o Presidente Tancredo Neves, nada mais veraz e mais justo do que dar aos servidores públicos uma demonstração de reconhecimentos ao seu trabalho e ao seu sacrifício, livrando-o da carga tributária que o sufoca.

Muito obrigado."

O SR. PRRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

Com a presença de 32 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria doo Senhor Deputado Nelson Buffara, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 22/85, de autoria do Poder Executivo. Aprovado.

Da conformidade com o requerimento de preferência de votação do Projeto de Lei n.º 22/85, acima aprovado:

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 22/85, de autoria do PODER EXECUTIVO- (Mensagem n.º 64/85), que autoriza

abertura de Crédito Especial, alterando os orçamentos das Secretarias de Estado da Administração e Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social, no valor de Cr\$ 501.000.000 e 11.000.000, respectivamente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO (Pela Ordem)

Senhor Presidente, primeiro eu desejava que fosse retirado da pauta das sessões o meu Projeto de Lei n.º 258/84, porque de acordo com o conteúdo deste projeto de lei que visava destinar à ex-fábrica de velas, para localização de um centro de trabalho para a juventude desamparada de Curitiba. Vez que esta fábrica de velas já foi demolida numa violência que nós devemos registrar à memória da cidade sorriso do Paraná.

Por conseguinte, ficou inadequado, inoportuno e sem meios de concretização este projeto de lei apresentado por nós. Solicito então a retirada. E, ao mesmo tempo, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa esclarece que Vossa Excelência deverá encaminhar o requerimento por escrito, conforme solicitação para retirada do projeto.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - E retiro meu pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está aprovado o projeto, artigo por artigo. Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n.º 229/84, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que prorroga até 15/03/87, o prazo previsto no Art. 137 da Lei n.º 7.051, de provimento em comissão pudessem ser ocupados também por funcionários integrantes de classes AF-2 e AF-3, conforme especifica. Com PARECER da C.C.J., pela manutenção do VETO. Em votação.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Eu pediria a Vossa Excelência que fizesse constar em Ata o meu voto contrário ao veto do Senhor Governador e solicitar ao mesmo tempo a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Após pronunciarmos o resultado da votação a Mesa deferirá o pedido de Vossa Excelência. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Rejeitado o projeto e mantido o veto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) -

Vossa Excelência colocou em votação os deputados que forem favoráveis ao projeto. Permaneçam como estão. A maioria permaneceu como estava, Senhor Presidente. Consequentemente está aprovado o projeto e derrubado o veto.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) -
Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa defere. 11 aprovam, 4 rejeitam. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15 de abril, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 277/84 e 22/85.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 289/84.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 104/83 e 182/84.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 117/84, 136/84, 185/84, 192/84 e 306/84.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 03/85.

E convoca para logo após esta, uma sessão extraordinária, com a Ordem do Dia já anunciada.

Levanta-se a sessão.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10^a LEGISLATURA
ATA DA 5.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 1985.
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, Secretariada pelos Senhores Deputados Ezequias Losso e Edgard Pimentel.

Às dezesseis horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados:

Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel,

Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Henmas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setoguette, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Fuad Nacli (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) - Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 57 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 170/84, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO", com sede no Município de Pato Branco. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 170/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO", com sede na cidade de Pato Branco.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28/03/85.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA
Presidente
JORGE MAIA FILHO
Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 211/84, que declara de utilidade pública a "REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER", com sede no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 211/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28/03/85.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA
Presidente
JORGE MAIA FILHO
Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 237/84, que declara de utilidade pública o "CENTRO PRESBITERIANO DO BEM ESTAR DO MENOR - CEPRESBEM", com sede e foro em Foz do Iguaçu. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 237/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o "CENTRO PRESBITERIANO DO BEM-ESTAR DO MENOR - CEPRESBEM", com sede

e foro na cidade de Foz do Iguaçu.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1985.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA
Presidente
JORGE MAIA FILHO
Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.